

CELSO ANTONIO PACHECO FIORILLO
RENATA MARQUES FERREIRA

A Amazônia Azul e seu uso Econômico Sustentável em Face da Tutela Jurídica do Direito Ambiental Brasileiro

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2021

*Copyright © 2021 by Celso Antonio Pacheco Fiorillo
Renata Marques Ferreira*

Categoria: Direito Ambiental

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei n° 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei n° 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

F519a

Fiorillo, Celso Antonio Pacheco

A Amazônia Legal e seu uso econômico sustentável em face da tutela
jurídica do direito ambiental brasileiro / Celso Antonio Pacheco Fiorillo,
Renata Marques Ferreira. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2021.

228 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 211-215.

ISBN 978-65-5510-460-8

1. Direito ambiental - Brasil. 2. Direito constitucional - Brasil. 3. Ama-
zônia Azul. 4. Direito econômico. 5. Tutela jurídica. I. Ferreira, Renata
Marques. II. Título.

CDD 344

Sumário

Capítulo I – Oceano, Mar e Plataforma Continental: significado científico e delimitação jurídica em face da evolução do direito constitucional brasileiro.....	1
1. Oceano, Mar e Plataforma Continental em face da Constituição Federal de 1988.....	10
1.1. Mar e Plataforma Continental como bens ambientais	12
1.2. Os bens ambientais atribuídos a entes federados e sua gestão: a administração do mar e da plataforma continental.....	47
Capítulo II – Gestão do mar e da plataforma constitucional como bens ambientais em face da necessária obediência aos princípios constitucionais do direito ambiental brasileiro.....	49
1. Noções preliminares e a gestão do mar e da plataforma constitucional em face do princípio da legalidade.....	49
1.1. A gestão do mar e da plataforma continental em face do princípio da soberania	52
1.2. A gestão do mar e da plataforma continental em face do princípio do desenvolvimento sustentável.....	59
1.3. A gestão do mar e da plataforma continental em face do princípio da prevenção.....	75
1.3.1 Prevenção ou precaução em face da gestão do mar e da plataforma continental?	83

1.3.2. Conteúdo jurídico do princípio da precaução em face de seu enquadramento no sistema constitucional em vigor e a avaliação dos custos das medidas de prevenção (ou precaução?) vinculadas à gestão do mar e da plataforma continental.....	87
1.4. O princípio do poluidor-pagador em face da gestão do mar e da plataforma continental.....	91
1.4.1. Dano ao mar e à plataforma continental.	100
Capítulo III – Gestão do mar e da Plataforma Continental como bens ambientais em face da ordem econômica constitucional brasileira	103
1. As regras jurídicas de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica em face dos princípios fundamentais e dos princípios gerais estabelecidos em nossa Carta Magna: as normas gerais de direito econômico estabelecidas pela Constituição Federal	103
2. Conceito de atividade e sua vinculação aos princípios fundamentais da Carta Magna: os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa interpretados em harmonia com a dignidade da pessoa humana em face do sistema jurídico em vigor	107
2.1. As atividades previstas no âmbito do direito constitucional em face de diferentes circunstâncias normativas	117
3. As normas gerais de direito econômico estabelecidas em nossa Constituição Federal em face do desenvolvimento sustentável: a intervenção do Estado na economia e a defesa do meio ambiente como princípio geral da atividade econômica em face da orientação do Supremo Tribunal Federal (ADI 3540) e seus reflexos no sistema normativo.	120

4. As normas constitucionais de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica subordinadas à defesa do meio ambiente (CF, art. 170, VI) em face de seus princípios fundamentais e os conceitos abrangentes das noções jurídicas de meio ambiente estabelecidos pela ADI 3540 e vinculados à cláusula constitucional proclamadora do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (ADI 4066 e ADI 3470)...130

Capítulo IV – O uso da Amazonia Azul (Mar Territorial e Plataforma Continental) como espaço marítimo brasileiro e a gestão sustentável de seus recursos em face do direito ambiental constitucional brasileiro 135

1. Soberania como princípio fundamental constitucional e princípio geral da atividade econômica e demais princípios constitucionais em face do uso sustentável da Amazônia Azul (Mar Territorial e Plataforma Continental) e dos seus recursos no plano do sistema normativo em vigor 140
- 1.1. A Amazônia Azul perante o Estado Democrático de Direito e a relevância fundamental da Marinha do Brasil visando assegurar no País condições aos interesses da segurança nacional. 144
- 1.1.1. Agressão estrangeira à Amazônia Azul e o Sistema Nacional de Mobilização (lei 11631/07) 147
- 1.2. O uso sustentável dos recursos não extrativos (serviços ecossistêmicos) no âmbito da Amazônia Azul: transporte de pessoas e cargas e sua tutela jurídica ambiental.... 149
- 1.3. O uso sustentável dos recursos vivos no âmbito da Amazônia Azul e sua tutela jurídica ambiental..... 154
- 1.4. O uso sustentável dos recursos minerais no âmbito da Amazônia Azul e sua tutela jurídica ambiental..... 160

1.5. O uso sustentável dos recursos energéticos no âmbito da Amazônia Azul e sua tutela jurídica ambiental.....	162
1.6. O uso sustentável dos recursos culturais submersos (patrimônio cultural subaquático).....	174
1.7. Crimes ambientais em face da Amazônia Azul.....	175
1.7.1. Disposições gerais.....	175
1.7.2. Adequação ao direito criminal constitucional e ao direito penal constitucional como instrumentos de defesa da vida de brasileiros e estrangeiros residentes no País (Art.5º da CF).....	177
1.7.3. Obediência e adequação ao direito ambiental constitucional (Art.225 da CF)	177
1.7.3.1. Condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitam os infratores a sanções penais (Art.225, § 3º da CF).....	178
1.7.3.2. Pessoas físicas e pessoas jurídicas são consideradas constitucionalmente infratoras diante da condição de poluidoras e estarão sujeitas a sanções penais (Art.225, § 3º da CF)	179
1.7.4. Sanções penais derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente (lei 9605/98).....	182
1.7.4.1. Disposições gerais	182
1.7.4.2. Aplicação da pena	182
1.7.5. Dos crimes contra o meio ambiente	183
1.7.5.1. Dos crimes contra a fauna no âmbito da Amazônia Azul....	183

1.7.5.2. Dos crimes contra a flora no âmbito da Amazônia Azul.....	204
1.7.5.3. Da poluição e outros crimes ambientais em face da Amazônia Azul.....	205
1.7.5.3.1. Sanções penais derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente aplicadas à poluição (Lei n. 9.605/98).....	206
1.7.5.3.1.1. Da poluição e outros crimes ambientais: o art. 54 e os danos à saúde humana.	208
1.7.5.3.1.2. Da poluição e outros crimes ambientais: o art. 56 e os produtos e substâncias tóxicas, perigosas ou nocivas à saúde.....	209
1.7.5.4. Dos crimes contra o patrimônio cultural: a proteção do Patrimônio Cultural Subaquático em nosso País	210
1.6.5.5. Dos crimes contra a administração ambiental.....	210
Bibliografia/Referencias	211